



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011538-07.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação Ao Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo**
 << Nenhuma informação disponível >>
 Impugnante: **Alcides Aparecido de Souza**
 Impugnado: **Discasa Distribuidora Saocarlene de Automoveis Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença apresentada por **ALCIDES APARECIDO DE SOUZA** contra **DISCASA DISTRIBUIDORA SÃO-CARLENSE DE AUTOMÓVEIS LTDA.**

Alega o impugnante que os benefícios da assistência judiciária gratuita não foram revogados, razão pela qual a exigibilidade das verbas de sucumbências estão suspensas, culminando na improcedência ou impossibilidade jurídica do pedido. Sustenta, ainda, que deve ser atualizado o valor da causa, sendo que o valor de sucumbência foi arbitrado em 10% sobre o valor da causa, não devendo incidir juros, apenas correção monetária desde o ajuizamento da ação, conforme súmula 41, do STJ. Pelo princípio da eventualidade, impugna o início da contagem dos juros. Prossegue com "considerações finais", explicando o procedimento dos autos, e pede a concessão da gratuidade, o efeito suspensivo, e a extinção ou improcedência da execução.

O impugnado, por sua vez, argumentou que não há garantia do juízo, tampouco razões para que seja atribuído efeito suspensivo. No mérito, alegou que o impugnante não é beneficiário da justiça gratuita, nem possui os requisitos para a sua concessão, sendo que o impugnante se confundiu em sua manifestação. Arremata narrando que a fixação de honorários de sucumbência se deram por equidade e os cálculos foram feitos corretamente, inclusive não havendo cálculo do impugnante.

Em prosseguimento, foi concedido prazo para manifestação do impugnante, transcorrendo em branco, conforme certidão de fl. 32 v..

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Trata-se de execução de honorários de sucumbência arbitrados em razão da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

demanda proposta pelo executado/impugnante ter sido julgada improcedente, mantendo-se assim até o trânsito em julgado.

Os honorários foram arbitrados por equidade em R\$ 8.000,00 (fl. 137). Em fase executiva, não houve o pagamento espontâneo, sendo o valor atualizado acrescido da multa de 10% (fls. 199/200).

Pois bem, inicialmente, convém registrar que atualmente não existe mais a necessidade de garantia do juízo para se ofertar impugnação ao cumprimento de sentença.

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) houve alterações no procedimento. Com efeito, assim dispõe o artigo 525, novo código de rito civil:

"Art. 525 Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação". (grifo meu)

Entretanto, a presente impugnação se iniciou anteriormente à entrada em vigor do Novo Código Civil, se sujeitando às normas de rito engendradas no ano de 1973 (e também às suas reformas legislativas).

Isso porque, sobre a aplicação de normas processuais às demandas em curso, assim dispõe o art. 14 do Novo Código de Processo Civil:

"Art. 14 A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada".

Ora, resta evidente que a nova norma não irá retroagir, não alterando os atos processuais anteriormente praticados. Embora a novação normativa seja aplicada imediatamente, não se pode olvidar que deverá respeitar a forma dos atos processuais pretéritos, exatamente a situação destes autos.

Dessa forma, "in casu", prevalece o requisito indispensável de garantia do juízo para que o oferecimento de impugnação do cumprimento de sentença, o que não foi observado, sendo o caso de extinção, sem o exame do mérito, por força do artigo 475-J, §1º, do Código de Processo Civil de 1973:

"Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.

§ 1º Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias".

Por derradeiro, em se tratando de pedido que pode ser feito a qualquer momento, e podendo refletir drasticamente na execução, cabe um adendo sobre a gratuidade processual requerida.

Sobre isso, atente-se que não há qualquer concessão de gratuidade processual no processo. O autor/executado/impugnante, inclusive, recolheu custas durante o deslinde do feito, conforme se percebe às fls. 15/16 e 147/149. Descabido, portanto, falar em revogação da gratuidade, ou mesmo em mantê-la ou, ainda, que as verbas de sucumbência estão suspensas.

No mesmo sentido, descabida a concessão de tal benefício neste momento. Como dito, o recolhimento das custas foi facilmente suportado pelo executado/impugnante, não havendo qualquer indício de hipossuficiência.

Sequer foram juntados documentos, com a impugnação, para a demonstração de suas condições financeiras, não havendo como concedê-la, haja vista que os elementos dos autos não lhe favorecem.

A extinção é, pois, de rigor.

Isto posto, **julgo extinta** a presente impugnação com fundamento no art. 485, IV do Novo Código de Processo Civil.

Descabidos honorários advocatícios nessa fase (Súmula 519 do C. STJ).

Prossiga-se na execução principal, requerendo a exequente o que de direito.

P.R.I.C.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 18 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**